

O Instituto Isabel, que atua em defesa dos direitos fundamentais e da dignidade da pessoa humana, apresenta:

## NOTA TÉCNICA

### PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PNE

(PL 2614/2024)

#### ASSUNTO

A presente Nota Técnica visa manifestar apoio às Emendas nº 283/2025 (Dep. Carol de Toni), 358/2025 (Dep. Diego Garcia), 2444/2025 (Dep. Luiz Ovando) e 2539/2025 (Dep. Julia Zanatta) ao Plano Nacional de Educação (PL 2614/2024), que tratam da regulamentação da educação domiciliar no Brasil, defendendo o direito fundamental das famílias de escolherem a melhor forma de educar seus filhos.

#### VISÃO DO INSTITUTO ISABEL

O Instituto Isabel, comprometido com a defesa dos direitos fundamentais dos seres humanos, da família e da criança, entende que a regulamentação da educação domiciliar representa o reconhecimento de direitos fundamentais consagrados na Constituição Federal e em tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário.

A ausência atual de regulamentação legal específica contrasta com a crescente adesão de famílias brasileiras a essa modalidade educacional, gerando insegurança jurídica e constrangimentos a pais que exercem legitimamente seus direitos constitucionais e humanos ao optarem pela educação domiciliar de seus filhos. Matéria esta inclusive, já objeto de debate no STF<sup>1</sup>, que reconheceu a legalidade da prática, pendente, no entanto, de regulamentação legislativa.

<sup>1</sup> “O Supremo Tribunal Federal decidiu que o debate acerca da possibilidade de o ensino domiciliar (homeschooling), ministrado pela família, ser considerado meio lícito de cumprimento do dever de educação (art. 205 da CRFB/1988) é de natureza constitucional. Isso porque a Constituição Federal de 1988 prevê a educação como direito fundamental, cuja efetivação é dever conjunto do Estado e da família.” RE 888.815 RG, rel. min. Roberto Barroso, P, j. 04-06-2015, DJE de 08-08-2017. In: [https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/jurisprudenciaBoletim/anexo/BJ12\\_HOMESCHOOLING.pdf](https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/jurisprudenciaBoletim/anexo/BJ12_HOMESCHOOLING.pdf)

## CONTEXTUALIZAÇÃO

A educação domiciliar é uma realidade crescente no Brasil, praticada por mais de 75 mil famílias, atingindo mais de 150 mil estudantes<sup>2</sup> que, diante da ausência de regulamentação específica, encontram-se em situação de insegurança jurídica. Essas famílias, movidas pelo compromisso com a educação integral de seus filhos e pelo exercício legítimo de suas convicções pedagógicas, morais e religiosas, necessitam de amparo legal para exercer plenamente sua responsabilidade parental.

## FUNDAMENTOS DA NOTA TÉCNICA

### DIREITOS PARENTAIS COMO DIREITOS FUNDAMENTAIS

A autonomia dos pais para decidir sobre a educação de seus filhos é um direito fundamental, amparado por princípios constitucionais e normas internacionais. No contexto educacional, especialmente diante da pluralidade de concepções pedagógicas e valores familiares, a intervenção estatal que ignora ou suprime a vontade dos pais configura uma séria violação da liberdade individual, da dignidade humana e da estrutura familiar.

Os direitos parentais não são uma concessão do Estado, mas decorrem da própria natureza humana e da estrutura familiar, que é a base da sociedade.

### Constituição Federal:

- Art. 226: Reconhece a família como "base da sociedade", conferindo-lhe especial proteção do Estado. Esse reconhecimento implica respeito à autonomia familiar nas decisões fundamentais sobre educação e formação dos filhos.
- Art. 205: Estabelece a educação como dever do Estado e da família, reconhecendo o papel primordial e compartilhado dos pais na educação dos filhos.

---

<sup>2</sup> Atualmente, o número aproximado de famílias que praticam homeschooling no Brasil ultrapassa 75 mil, com mais de 150 mil estudantes envolvidos na educação domiciliar. O crescimento médio anual é de cerca de 50% de novos estudantes. Esses dados são fornecidos pela Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED), que destaca ainda que o homeschooling no Brasil não é uma prática restrita à elite, abrangendo famílias com diferentes faixas de renda. A ANED também enfatiza a proteção associada a essa forma de educação, ressaltando que não há registros relevantes de abusos envolvendo as famílias educadoras. Essas informações refletem a expansão significativa do ensino domiciliar no país, mesmo enquanto a regulamentação ainda está em tramitação no Congresso. in: <https://aned.digital/a-educacao-domiciliar-no-brasil/>

- Art. 229: Determina que "os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores", consagrando a responsabilidade parental como princípio constitucional. Este dispositivo não apenas impõe deveres, mas reconhece direitos inerentes à função parental.
- Art. 206, II e III: Garante a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, bem como o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, fundamentos essenciais para a legitimidade da educação domiciliar.

### **Código Civil:**

- Art. 1.634: Garante aos pais o direito de dirigir a criação e a educação dos filhos, estabelecendo competência exclusiva do poder familiar sobre as decisões educacionais fundamentais.

### **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):**

- Assegura o direito à educação de qualidade e ao desenvolvimento integral, sem determinar que o Estado seja o único provedor ou que a escola tradicional seja a única modalidade válida.

### **Instrumentos Internacionais de Direitos Humanos:**

- Declaração Universal dos Direitos Humanos (Art. 26, §3º): Estabelece que "os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos." Esse princípio reconhece a primazia da família sobre o Estado nas decisões educacionais.
- Convenção Americana sobre Direitos Humanos - Pacto de San José da Costa Rica (Art. 12.4): Reconhece expressamente "o direito dos pais, e quando for o caso dos tutores, de fazerem que seus filhos ou pupilos recebam a educação religiosa e moral que esteja acorde com suas próprias convicções."
- Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Art. 13, §3º): Compromete os Estados-Partes a "respeitar a liberdade dos pais (...) de escolher para seus filhos escolas distintas daquelas criadas pelas autoridades públicas (...) e de fazer que seus filhos venham a receber educação religiosa ou moral que esteja de acordo com suas próprias convicções."

### **AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO LEGAL ESPECÍFICA**

Atualmente, não existe lei federal que regule a educação domiciliar no Brasil, estabelecendo:

- Critérios de habilitação das famílias
- Mecanismos de acompanhamento pedagógico

- Formas de avaliação dos estudantes
- Procedimentos de fiscalização e proteção

Essa lacuna legislativa gera insegurança jurídica para milhares de famílias que, mesmo amparadas por direitos constitucionais e internacionais, encontram-se vulneráveis a interpretações divergentes de autoridades administrativas e judiciais.

A regulamentação proposta nas emendas ao PNE preenche essa lacuna, estabelecendo framework jurídico claro que concilia liberdade educacional familiar com proteção integral da criança e supervisão estatal adequada.

## **PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DEFENDIDOS**

### **1. Primazia da Família na Educação**

A família é a instituição natural e fundamental da sociedade, tendo prioridade sobre o Estado na educação dos filhos. O poder público deve atuar de forma subsidiária, apoiando e complementando a ação familiar, jamais substituindo-a ou impondo modelos educacionais únicos que contrariem as convicções legítimas dos pais.

### **2. Liberdade Educacional como Direito Humano**

A liberdade de escolha educacional é um direito humano fundamental, reconhecido internacionalmente, que permite às famílias optarem pela modalidade educativa que melhor atenda às necessidades, valores e convicções de seus filhos, sem interferência indevida do Estado.

### **3. Pluralismo e Diversidade Pedagógica**

Uma sociedade democrática pressupõe o reconhecimento da diversidade de projetos educativos. A imposição de um modelo único de ensino contraria os princípios constitucionais do pluralismo de ideias, da liberdade de pensamento e da própria essência do regime democrático.

### **4. Proteção Integral da Criança**

A regulamentação da educação domiciliar não se opõe à proteção dos direitos da criança; ao contrário, estabelece mecanismos robustos de supervisão que asseguram qualidade pedagógica e desenvolvimento integral, respeitando simultaneamente os direitos parentais e o melhor interesse do menor.

---

## **BENEFÍCIOS DA REGULAMENTAÇÃO**

### **a) Segurança Jurídica para Famílias Brasileiras**

Proporciona às famílias amparo legal definitivo para exercer sua responsabilidade educacional, eliminando processos judiciais, perseguições institucionais e constrangimentos que atualmente afetam milhares de lares brasileiros que exercem legitimamente seus direitos constitucionais.

### **b) Garantia de Qualidade Educacional**

Estabelece critérios objetivos de avaliação pedagógica, assegurando que os estudantes alcancem os objetivos de aprendizagem previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com acompanhamento sistemático e transparente do poder público.

### **c) Respeito à Diversidade Familiar e Cultural**

Reconhece a pluralidade de valores, crenças e projetos de vida das famílias brasileiras, ampliando o acesso à educação de qualidade segundo necessidades individuais, sem imposição de modelos ideológicos ou pedagógicos contrários às convicções familiares.

### **d) Proteção Integral e Supervisão Responsável**

A regulamentação prevê mecanismos efetivos de fiscalização que asseguram o cumprimento de todos os direitos previstos no ECA, incluindo socialização adequada, desenvolvimento socioemocional, proteção contra negligência e garantia de formação integral, sem violar a autonomia familiar.

### **e) Resultados Educacionais Comprovados**

Estudos internacionais demonstram consistentemente que estudantes educados em casa apresentam desempenho acadêmico igual ou superior aos educados em escolas tradicionais, além de desenvolvimento socioemocional saudável e elevados índices de sucesso no ensino superior e vida profissional.

## **ASPECTOS TÉCNICOS DAS EMENDAS**

As emendas propostas estabelecem *framework* jurídico equilibrado e tecnicamente adequado que contempla:

- Definição clara de educação domiciliar como modalidade educacional legítima no ordenamento jurídico brasileiro;
- Requisitos objetivos para as famílias praticantes, incluindo capacitação pedagógica, acompanhamento sistemático e avaliações periódicas;
- Papel subsidiário do poder público na fiscalização e apoio pedagógico, respeitando a autonomia familiar e intervindo apenas quando necessário para proteção da criança;
- Formas de avaliação e certificação dos estudantes, garantindo equivalência acadêmica com o sistema escolar tradicional;
- Garantias de acesso ao ensino superior e profissionalizante mediante cumprimento dos requisitos legais estabelecidos;
- Mecanismos de proteção contra abusos e negligência, preservando o melhor interesse da criança através de supervisão adequada sem interferência indevida na vida familiar;
- Articulação com órgãos de proteção, incluindo Conselhos Tutelares e Ministério Público, para casos que efetivamente demandem intervenção estatal.

## **RECONHECIMENTO INTERNACIONAL**

A UNESCO, em relatórios recentes, reconheceu a educação domiciliar como opção educativa legítima e crescente no cenário mundial, destacando sua contribuição para a diversidade educacional e o respeito aos direitos das famílias.

Diversos países desenvolvidos e democráticos regulamentam e reconhecem a educação domiciliar como modalidade plenamente legítima, entre eles: Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia, França, Portugal, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Irlanda, Noruega, Suíça, África do Sul e Israel.

Esses países demonstram que a regulamentação adequada concilia perfeitamente liberdade educacional, qualidade pedagógica e proteção aos direitos das crianças, sem que um direito anule o outro.

## **REFUTAÇÃO DE OBJEÇÕES COMUNS**

*"A educação domiciliar prejudica a socialização"*

Pesquisas demonstram que crianças educadas em casa desenvolvem habilidades sociais adequadas e saudáveis através de ampla variedade de atividades comunitárias, esportivas, religiosas, culturais e recreativas. A socialização não depende exclusivamente do ambiente escolar tradicional, podendo ocorrer de forma mais rica e diversificada fora dele.

*"Pode facilitar abusos e negligência"*

A regulamentação proposta estabelece mecanismos robustos de supervisão, incluindo avaliações periódicas obrigatórias, acompanhamento pedagógico sistemático, visitas quando necessário e articulação com órgãos de proteção à infância, oferecendo proteção igual ou superior à existente no sistema escolar tradicional, onde casos de abuso também ocorrem sem detecção imediata.

*"Famílias não têm capacitação pedagógica adequada"*

As emendas exigem demonstração de capacidade pedagógica, seja através de formação dos pais, seja mediante acompanhamento de profissionais habilitados, garantindo qualidade educacional. Além disso, inúmeros recursos pedagógicos, currículos estruturados e redes de apoio estão disponíveis para famílias educadoras.

*"Viola o direito da criança à educação"*

A educação domiciliar não viola o direito à educação; ao contrário, representa forma alternativa e legítima de garantir esse direito. O que a Constituição assegura é o acesso à educação de qualidade, não necessariamente à escola tradicional. A regulamentação garante que os objetivos educacionais sejam alcançados independentemente da modalidade escolhida.

## **POSIÇÃO DO INSTITUTO ISABEL**

O Instituto Isabel reafirma seu compromisso com a defesa da liberdade, da autonomia familiar e dos direitos fundamentais da criança. Entendemos que a regulamentação da educação domiciliar no Plano Nacional de Educação 2024-2034 representa:

- Avanço democrático ao reconhecer o pluralismo educacional e respeitar a diversidade de projetos familiares;
- Respeito aos direitos humanos consagrados em tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário;
- Valorização da família como instituição fundamental e prioritária na educação dos filhos;

- Proteção efetiva dos direitos de crianças e adolescentes através de supervisão adequada e não invasiva;
- Alinhamento com práticas internacionais de países democráticos desenvolvidos;
- Segurança jurídica para milhares de famílias brasileiras que exercem legitimamente seus direitos constitucionais.

As emendas apresentadas oferecem equilíbrio perfeito entre a liberdade educacional das famílias e a proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes, sem que um direito anule o outro.

Negar às famílias brasileiras o direito de educar seus filhos conforme suas convicções, quando tal direito é garantido pela Constituição Federal, por tratados internacionais de direitos humanos e por democracias consolidadas ao redor do mundo, constitui retrocesso civilizatório incompatível com os fundamentos de nossa República e com o princípio democrático do pluralismo.

A ausência de regulamentação, mantida a despeito do reconhecimento da legitimidade constitucional da educação domiciliar pelo Supremo Tribunal Federal, perpetua a atual insegurança jurídica inaceitável e viola direitos fundamentais de milhares de famílias brasileiras.

Instamos os nobres parlamentares a acolherem as emendas propostas, garantindo às famílias brasileiras o direito fundamental de exercerem sua responsabilidade parental na educação de seus filhos, com amparo legal adequado e supervisão estatal que respeite a autonomia familiar.

Brasília, 25 de novembro de 2025.